



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Navegantes - SC

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)**

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ:	11.482.121/0001-33
Endereço:	Rua Aníbal Gaya – 938 – Centro - Navegantes
Telefone:	(47)31852014
E-mail:	Assistenciasocial.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo/Função	Período de gestão	Ato Nominação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	EMÍLIO VIEIRA	716.701.659-49	PREFEITO MUNICIPAL	2017 à 2020			Rua Orlando Ferreira, 300 – Machados – Navegantes/SC.	gabinete@navegantes.sc.gov.br
Gestor/Secretário	JULIANO NILDO DE MARIA	004.416.559-55	Secretário Municipal	01/2017 a 12/2017	02/01/2017		Rua Natividade Costa – n 508 – São Domingos	julianodemaria@gmail.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

Obs.: O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui organograma.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes.

É de competência da Secretaria de Assistência Social organizar a gestão municipal de assistência social na forma de sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS; planejar, organizar, executar o controle da política pública de assistência social aplicada no Município de Dourados, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS; incentivar e apoiar o pleno exercício dos direitos e deveres sociais dos cidadãos, em todas as expressões da cidadania, da liberdade, da igualdade e da democracia, associado à gestão de riscos e combate a situações de vulnerabilidade social da população; dar cumprimento ao princípio da equidade e ao caráter emancipatório da política de assistência social, promoção da ascensão social e integração à vida comunitária e a inclusão produtiva;

O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993. Normas Gerais:

- ✓ Arts. 6º e 6º-A da LOAS;
- ✓ Item 3 da PNAS;
- ✓ Art. 1º da NOBSUAS/2012.

Constituição Federal de 1988 reconhece as políticas sociais como políticas públicas, demarcando uma mudança de paradigma em relação ao padrão histórico, sendo fundamental destacar a ampliação dos direitos sociais e o reconhecimento da assistência social como política pública de seguridade social, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar. O art. 194 da Constituição Federal caracteriza a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinada a assegurar saúde, previdência e a assistência social. A assistência social encontra-se delineada nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal como àquela proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Em 1993, com a edição da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, organizou-se a assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo o qual é integrado pelos entes federativos, conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, cujo primeiro texto data de 1998, é abrangente e apresenta de forma detalhada “as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB1”, conforme consta na sua Introdução, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e tem como objetivos: A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob esta perspectiva, objetiva: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária; Na PNAS há divisão acerca dos tipos de proteção que a assistência social prestará: básica e de complexidade (média e alta), o que já era apresentado na LOAS. A **Proteção Básica** é a fornecida à população vulnerável social por: pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. Busca prevenir situações de risco por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. São exemplos de proteção básica: Centros de Convivência para Idosos, projetos de geração de trabalho e renda, serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; A **Proteção Especial** tem como foco principal a reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias ou a sua convivência com essas seja considerada prejudicial à sua proteção e ao seu desenvolvimento, por exemplo: às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua. A proteção social especial de média complexidade é aquela

que oferece atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas que os vínculos (familiares e comunitários) não foram dissolvidos. Ela se dá, dentre outras formas, por intermédio de: serviço de orientação e apoio sócio familiar; abordagem de rua; cuidado no domicílio; serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; A proteção social especial de alta complexidade é aquela que garante a proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário. Este serviço é executado por intermédio de, entre outros: casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora e medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, Internação provisória e sentenciada)

Em 2011, com a edição da Lei nº 12.435, o sistema descentralizado e participativo que organiza a assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passa a integrar a LOAS. A LOAS prevê a repartição de competência entre os entes conforme os arts. 12, 13, 14 e 15 para a consecução dos objetivos da assistência social e, ainda, nos arts. 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e 30 estabelece normas essenciais à implementação do SUAS e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Especificamente o art. 11 da LOAS estabelece que as ações socioassistenciais nas três esferas de governo realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução de programas em suas respectivas esferas, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Observa-se que os estados, municípios e Distrito Federal são dotados de auto-organização que se manifesta na elaboração das constituições estaduais, leis orgânicas e leis ordinárias ou complementares.

No município de Navegantes temos algumas Leis e Decretos que visam regulamentar a Política de Assistência Social, tais como:

✓ **Lei Ordinária 3208/2017:**

"DENOMINA CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2 (CRAS 2) CLAUDEMIR JOSÉ SCHNEIDER"

✓ **Lei Complementar 274/2015:**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CRIA CARGOS E FIXA VENCIMENTOS

✓ **Lei Complementar 272/2015**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS PARA A GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

✓ **Lei Ordinária 2978/2015:**

CONSOLIDA E ALTERA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

✓ **Lei Ordinária 2852/2014:**

INSTITUI O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO -, DO GOVERNO FEDERAL, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

✓ **Lei Complementar 88/2010:**

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIASOCIAL - CRAS - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CRIA CARGOS, FIXA VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

✓ **Decreto 736/2006:**

DESIGNA RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

✓ **Decreto 706/2006:**

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO ABRIGO MUNICIPAL ANILDO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

✓ **Decreto 465/2005:**

DESIGNA RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

✓ **Lei Ordinária 1206/1997:**

CRIA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES - FMASN

✓ **Lei Ordinária 1186/1997:**

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Programa	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
23.01.08.242.0066	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas c	Não mensurado	10.956,00	Não mensurado	0,00	Não mensurado	Não mensurado	10.956,00	100,00%
23.01.08.243.0036	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET	Não mensurado	18.000,00	Não mensurado	0,00	Não mensurado	Não mensurado	18.000,00	100,00%
23.01.08.243.0100	Assistência à Criança e ao Adolescente/FMAS	Não mensurado	46.031,00	Não mensurado	0,00	Não mensurado	Não mensurado	46.031,00	100,00%
23.01.08.244.0033	Assistência Social	Não mensurado	1.274.583,00	Não mensurado	112.185,31	Não mensurado	Não mensurado	1.162.397,69	91,20%
23.01.08.244.0037	Programa Federal Bolsa Família e IGDBF	Não mensurado	52.168,00	Não mensurado	33.606,06	Não mensurado	Não mensurado	18.561,94	35,58%
23.01.08.244.0064	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Não mensurado	211.760,00	Não mensurado	84.413,02	Não mensurado	Não mensurado	127.346,98	60,14%
23.01.08.244.0068	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único	Não mensurado	9.979,00	Não mensurado	7.850,82	Não mensurado	Não mensurado	2.128,18	21,33%
23.01.08.244.0069	Centro de Referência Especializado de Assistência	Não mensurado	176.964,00	Não mensurado	54.642,94	Não mensurado	Não mensurado	122.321,06	69,12%
23.01.08.244.0070	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumpri	Não mensurado	26.400,00	Não mensurado	650,60	Não mensurado	Não mensurado	25.749,40	97,54%
		Não mensurado	1.826.841,00	Não mensurado	293.348,75	Não mensurado	Não mensurado	1.533.492,25	

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências

Obs.: não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento

Obs.: não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

a) Restos a Pagar Processados

Obs.: Não existe saldo de restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro na entidade.

b) Restos a Pagar Não Processados

Obs.: Não existe saldo de restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro na entidade.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)			
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido
Total			

Obs.: Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2017 por parte da entidade.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

b) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Obs.: Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2017 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

JULIANO NILDO DE MARIA
Secretário Municipal de Assistência Social